

POR ENQUANTO, “ANTES DE MAIS NADA”, NADA!

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi e Daniel Hammes

Jornalistas

Entre as 29 universidades federais que não adotam qualquer tipo de política de inclusão encontram-se a UFRJ e a UFMG. Nesta última estuda-se a possibilidade de adotar um bônus de 10% para os egressos da rede pública de ensino, como já fazem algumas instituições. Em São Paulo, outra grande universidade pública, a estadual Unesp, faz questão de avisar que “antes de mais nada, o termo ‘cotas’ não é utilizado” por ela, que se limita a conceder isenções na taxa cobrada dos vestibulandos



A maioria das universidades públicas do país — entre elas, algumas das maiores — continua ignorando a temática da inclusão. Não é que, por desgostarem das cotas, tenham preferido adotar alguma outra política afirmativa. Simplesmente não tinham, até o momento em que fechamos esta edição, qualquer política de inclusão digna do nome.

É o caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a mais enraizada no interior de São Paulo, com 23 campi, 3.500 docentes, 33 mil alunos de graduação (5 mil profissionais formados a cada ano) e 10 mil alunos de pós-graduação. Também enquadram-se nesta categoria a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com seus 3 mil docentes, 33 mil alunos de graduação (4 mil profissionais por ano), 9.600 de pós-graduação; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 2.446 docentes, 24 mil alunos de graduação (4 mil profissionais por ano) e 10.500 de pós-graduação; e outras 27 universidades federais.

Na Unesp, a assessoria de imprensa tratou de esclarecer, logo na primeira mensagem em resposta ao pedido de informações da reportagem, que “antes de mais nada, o termo ‘cotas’ não é utilizado pela Unesp”. De acordo com

o professor Fernando Prado, diretor acadêmico da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), a Unesp não adota cotas em seu vestibular “por entender que a elevação desses percentuais não deve ser obtida artificialmente”.

Como uma de suas “políticas afirmativas” centrais, a Unesp ofereceu, no vestibular de 2007, isenção de taxa de inscrição para 32.611 candidatos. Deste total, que inclui candidatos “socioeconomicamen-

A professora Nilma Gomes acredita que o sistema de bônus que a UFMG quer implantar é “uma resposta fraca diante do potencial político e pedagógico da universidade” e das demandas em curso: “a UFMG precisa de uma proposta mais arrojada”

te carentes” e alunos de cursinhos comunitários da Unesp, foram efetivamente realizadas 28.556 inscrições com isenção. Ou seja, 87,6% do total. Para a Vunesp, “o baixo aproveitamento das isenções de taxa de inscrição indica a complexidade do problema”.

Dados apresentados pela Unesp indicam que os candidatos beneficiados pelas isenções possuem aproveitamento no vestibular muito inferior ao dos candidatos que pagaram a inscrição, o que atesta a insuficiência dessa política em termos de inclusão. Dos 64.284 candidatos que pagaram a inscrição, 5.554 (8,6%) foram aprovados no vestibular e se matricularam em um dos cursos da

Unesp, enquanto que dos 28.556 candidatos inscritos com isenção só 627 foram matriculados (2,2%).

A Unesp enviou à *Revista Adusp* tabela com dados dos estudantes matriculados na instituição nos últimos anos. Os dados, alusivos à cor da pele e renda familiar, entre outras variáveis, não vieram acompanhados de qualquer avaliação da Vunesp a seu respeito (vide **Quadro 8**).

Uma das mais tradicionais e importantes instituições universitárias brasileiras, a UFRJ não adota qualquer tipo de cota, segundo sua assessoria de imprensa. O peso de determinados setores da instituição impede que o debate sequer avance para uma definição. Roberto Leher, docente da Faculdade de Educação e diretor da Associação dos Docentes (Adufrj), critica a falta de debate sobre a questão na UFRJ.

Segundo Leher, os conselhos da instituição chegaram a acenar que “iriam incorporar uma agenda interessante, passando pela relação da universidade com a educação básica pública e incorporando a variável estrutural da classe social. Mas isso não prosperou”. Existem dificuldades na relação entre a UFRJ e as escolas estaduais, situação agravada pelo fato de que “as questões fundamentais passaram a ocupar um não-lugar nos debates universitários hegemonizados pela pauta imposta pelo governo federal”.

Quadro 8 – Potenciais cotistas aprovados no vestibular (sem cotas) da Unesp

Indicadores (matriculados)	Ano de Ingresso		
	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
Ensino médio em escola pública	38,8	36,0	35,4
Cor de pele declarada (parda, preta, indígena)	17,1	17,1	15,6
Renda familiar mensal menor que cinco salários mínimos	34,2	36,5	38,7
Sem cursinho	28,1	30,4	31,5

Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp)



Roberto Leher

A Adufrj, diz o professor, possui grande afinidade com a proposta construída pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) de que se deve “estabelecer articulações com escolas públicas localizadas em territórios de pobreza, promovendo apoio pedagógico a essas escolas e assegurando às mesmas acesso diferenciado aos cursos da UFRJ”. Ele sustenta que “não adianta pensar em cotas étnicas sem consideração à classe” e que “é preciso articular a ação afirmativa a uma política consistente de ampliação das vagas nas universidades públicas”.

Na UFMG, nem mesmo a reserva com base em critérios socioeconômicos foi implantada. Atualmente está em discussão no Conselho Universitário a proposta de atribuição de um adicional de 10% da pontuação obtida no vestibular por candidatos que estudaram em escola pública. A proposta já foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).

Ledeci Coutinho, do Coletivo de Educadores Negros de Pelotas, considera tímidas as ações de inclusão na UFPel: “Estamos em um município em que 46% da população é afro-descendente, no entanto não vemos políticas concretas para essa parcela da população”

De acordo com a professora Nilma Lino Gomes, do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG, o sistema de bônus não deve ter um efeito significativo: “Trata-se de uma resposta fraca diante do potencial político e pedagógico da nossa universidade e das demandas de democratização do acesso em curso, que articulam a questão socioeconômica com a étnico-racial. A UFMG precisa de uma proposta mais arrojada, mais radicalizada de democratização”, afirma.

Para ela, antes de aprovar qualquer proposta é preciso realizar um censo étnico-racial que possa revelar

a realidade sócio-econômica e racial de alunos, funcionários e docentes da universidade, e que possibilite, a partir disso, construir “uma proposta com a cara da UFMG”. Por outro lado, o pró-reitor de Graduação, professor Mauro Braga, acredita que a proposta de bônus para 2009 será mais fácil de ser aprovada no Conselho, já que a temática das cotas é ainda encontra bastante resistência, em especial a das cotas raciais.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é outra que não adota política de cotas. Segundo a Pró-Reitoria de Graduação, existe a intenção, com a adesão ao Programa Reuni, em 2008, de propor espaços de dis-

PUC VÊ “AMBIGÜIDADES” NAS COTAS, ENQUANTO FGV E FEI PREFEREM CALAR

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é uma instituição de renome que opta por não adotar política de cotas em seu vestibular. Marta Silva Campos, assessora da Vice-Reitoria Comunitária, explica que tal procedimento “nunca foi cogitado pela PUC-SP” e “não há no momento nenhuma intenção” de adotá-lo. Marta explica que a instituição estabeleceu, em 2001, uma cota fixa de 12 bolsas anuais para alunos indígenas aprovados no vestibular — atualmente há 56 na PUC-SP.

Professora de Política Social, ela acrescenta que, “como universidade filantrópica e comunitária”, a PUC-SP possui uma “política de concessão de bolsas de estudo para estudantes impossibilitados



Marta Campos

de pagar”, assim como um programa para a permanência desses alunos na universidade. Além de contar com recursos da instituição para as bolsas, desde 2005 a PUC-SP passou a integrar o Programa Universidade para Todos (Prouni), do governo federal, contando

com 1.034 alunos bolsistas ligados a ele. Para Marta, os critérios do Prouni garantem uma boa seleção segundo aspectos sócio-econômicos, diferentemente do que se verifica com as cotas, que, no entender dela, possuem “fragilidades técnicas e conceituais”, assim como “ambigüidades”.

Duas outras instituições particulares procuradas pela reportagem, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Centro Universitário da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), chegaram a sinalizar que dirigentes poderiam conceder entrevistas à *Revista Adusp*. Ambas, contudo, deixaram de cumprir a promessa — pior, sequer forneceram os dados sobre o número de candidatos e ingressantes nos respectivos vestibulares.

cussão para estabelecer uma política de cotas que não se limite a questões étnicas. A curto prazo, a novidade na UFPel será a implantação de 12 novos cursos (700 novas vagas), e a contratação, através de concurso público, de 23 professores e 12 funcionários até o final de 2008. Atualmente a UFPel tem 9.679 alunos, dos quais 7.652 em cursos de graduação, 1.266 em pós-graduação e 761 em cursos de nível médio. Dispõe de 948 docentes e 1.167 funcionários.

Ledeci Lessa Coutinho, do Coletivo de Educadores Negros de Pelotas, considera tímidas as ações de inclusão na UFPel. “Existe o Leparq, grupo de estudos sobre história e antropologia que discute o assunto e irá elaborar uma proposta de política de cotas na UFPel. Estamos em um município em que, conforme dados do movimento negro, 46% da população é afro-descendente, no entanto não vemos políticas concretas para essa parcela da população”.

Uma iniciativa inédita no Rio Grande do Sul ocorreu em 2007, quando estudantes do curso de Filosofia, integrantes do Grupo Sangoma de Estudos da Cultura Negra, fundaram a Biblioteca Negra de Pelotas, espaço dedicado à valorização da história e da cultura afro. Lisandro Dias, do grupo Sangoma, resalta o papel do espaço: “Dançar é importante. Cantar é importante. Estimular o pensamento crítico também”.